Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA
4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2003
PRESIDENTES: WASHINGTON PEREIRA DE ARAÚJO E FRED JORGE SIMAN "ad hoc"
SECRETÁRIOS: FRED JORGE SIMAN E JOSÉ MARIA PIOLA "ad hoc"

Aos vinte dias do mês de fevereiro de dois mil e três, no Plenário da Câmara Municipal de Garça, com início às dezoito horas e trinta minutos, sob a presidência do vereador Washington Pereira de Araújo, Presidente, e secretariada pelo vereador Fred Jorge Siman, 1º Secretário, realizou-se a 4ª Sessão Extraordinária de dois mil e três. Feita a chamada inicial dos senhores vereadores, constatou-se as seguintes presenças: Adamir Maurício de Barros, Adão Luiz Cavalcanti, Afrânio Carlos Napolitano, André Luis Gavioli Rodrigues, Cornélio Cézar Kemp Marcondes, Fred Jorge Siman, Jacó da Ambulância, José Maria Piola, Laerte Rodela, Maurício Massao Ogawa, Miguel da Padaria, Nivaldo Aparecido Couto, Pedro Henrique Scartezini, Sônia Lopes, Valdemar Zimiani e Washington Pereira de Araújo, totalizando dezesseis Edis presentes à Sessão. Havendo número legal para o início dos trabalhos e, considerando válida a chamada única, o senhor Presidente, em nome de Deus, declarou aberta a presente Sessão, passando-se para a **ORDEM DO DIA**, conforme dispõe o Regimento Interno em vigor. **ITEM I** - Projeto de Lei nº 08/2003, de autoria do Prefeito Municipal, que concede abono especial de R$ 120,00, no mês de fevereiro de 2003, aos servidores públicos municipais, extensivo aos músicos da Corporação Musical Santa Cecília. *1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.* Colocado em discussão, fizeram uso da palavra os vereadores: AFRÂNIO CARLOS NAPOLITANO: disse que, assim como já fora contra a deliberação deste projeto quando da sua entrada na Casa, votaria contra o projeto, como forma de protesto por não concordar com a política salarial que está sendo colocada em vigor pela administração municipal. Ressaltou que problemas orçamentários e financeiros existem e devem ser respeitados, porém alguma definição mais concreta quanto a política salarial dos servidores municipais já deveria ter sido tomada. Enfatizou, respondendo a pronunciamento feito na sessão anterior, que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva está há pouco tempo no governo, e que a questão da política salarial e da Previdência Social será feita com muita discussão, honestidade e transparência, ouvindo todos as camadas da sociedade, posicionamento este que defende também nas decisões de âmbito municipal. CORNÉLIO CÉZAR KEMP MARCONDES: endossou as palavras do vereador que o antecedeu, enfatizando que a proposta do Sr. Prefeito oferece transtornos para os servidores e também para os vereadores. Lembrou que administração anterior incorporou o abono que era concedido, no final de 1997, sendo este o último aumento real concedido aos servidores municipais, Lembrou também que fora concedido um reajuste de 40% no final daquela administração, que não recebeu nenhum tipo de questionamento à época, tanto por parte de vereadores, partidos políticos ou sindicato da classe dos servidores, aumento este retirado pela atual administração, com o apoio da maioria dos vereadores. Ressaltou que o atual Chefe do Executivo pregou em sua campanha eleitoral que os servidores municipais mereciam mais que 40% de aumento salarial, angariando votos com essa declaração, porém não está realizando o que pregava. Destacou ainda que a demora para o começo do recebimento da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - CIP certamente obrigará a administração a continuar com a política de concessão de abono por mais um ou dois meses. Destacou que o atrelamento da concessão de aumento ao recebimento da CIP não serve de argumento para não se conceder reajuste, conclusão tirada através do cálculo de que se prevê a arrecadação de R$ 60.000,00/mês, o que daria R$ 720.000,00/ano; dividido esse valor por cerca de mil funcionários da municipalidade, daria R$ 720,00/ano por funcionário, não sendo suficiente para cobrir um aumento digno e justo. Enfatizou também que a administração anterior sempre aceitou emendas apresentadas por vereadores, quando estas beneficiavam os servidores, citando exemplo de emenda apresentada pelo vereador Cateto no ano de 1999, em projeto que concedia abono e reajuste aos servidores municipais, o que não ocorre com a atual administração, que veta todas as emendas aprovadas, especialmente as de autoria dos vereadores da oposição. Sugeriu que fosse apresentada uma emenda alterando o valor do abono para R$ 140,00. Disse ser difícil definir um posicionamento, pois tanto o voto a favor como o contrário traz prejuízos para os servidores. Solicitou ao Presidente da Casa que realizasse uma campanha, ou passasse essa incumbência para o Chefe do Executivo, procurando alertar a população sobre a proposta de seguro oferecida pela CPFL, visto que muitos munícipes estão pensando se tratar da CIP, que ainda não está sendo cobrada, podendo aderir a esse seguro por engano. Finalizou dizendo que esperará novos pronunciamentos para definir sua posição com relação à matéria. PEDRO HENRIQUE SCARTEZINI: teceu comentários acerca de um artigo publicado pela imprensa local, de autoria do servidor municipal inativo João Bosco dos Santos, que se encontrava na galeria, que qualificou sua participação na sessão que concedeu abono aos servidores municipais no mês de janeiro/2003 como 'sem comentários'. Explicou que o pedido de suspensão dos trabalhos para ouvir a opinião do Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais foi um ato democrático, e que daquela rápida reunião saiu a decisão sobre o que iria ser votado no Plenário. Disse que aquele presidente é o legítimo representante, de fato e de direito, dos servidores

municipais, e merecia ser ouvido. Disse que antes de votar em um projeto, busca subsídios para amparar seu voto, e no caso votou no que era melhor para os servidores. Em aparte concedido, o vereador Afrânio Carlos Napolitano opinou que o redator quis dizer que o posicionamento dos vereadores não poderia se alterar com o posicionamento do Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, e nem ele poderia resolver sozinho pelos demais servidores. O vereador à tribuna disse que é muito difícil ouvir a opinião de oitocentos servidores, e, portanto, procurou ouvir o representante de fato e de direito da categoria, que mantém contato diário com os servidores e sabe o posicionamento destes, pelo menos da maioria deles. Em novo aparte, o vereador Afrânio Carlos Napolitano afirmou que o posicionamento do funcionalismo a uma nova proposta dependeria de uma nova consulta a todos os funcionários, não podendo recair a decisão somente para o presidente do Sindicato da categoria. O vereador à tribuna disse ter ouvido todas as partes envolvidas e tomou a decisão que achou correta, alertando que nem ele nem qualquer vereador quer prejudicar os servidores municipais. Ressaltou que todos os vereadores que fizeram uso da palavra naquela sessão e posicionaram-se contrários ao projeto, como forma de protesto, eram ovacionados pelos servidores que acompanhavam a sessão, dando a impressão de que estes não queriam o abono. Disse que em conversa com o Chefe do Poder Executivo, pode ver que a concessão de um abono maior era impossível. Disse que, como o vereador não possui o poder de aumentar o valor do abono, votaria a favor do projeto para o bem do servidor, ressaltando que o abono representa um aumento de mais de 50% para os trabalhadores que ganham o piso salarial, e que não ficaria de consciência tranqüila se votasse contra o abono. JOSE MARIA PIOLA: disse que mantinha seu posicionamento quanto ao Governo Federal, dito em seu pronunciamento na última sessão ordinária, dizendo que a situação do país está pior com o governo do PT, citando casos de escândalos e favorecimentos envolvendo políticos do PT. Manifestando-se favorável ao projeto, lembrou que o vereador Cornélio Cézar Kemp Marcondes fez parte da administração passada, que não concedeu nenhum aumento nos quatro anos de mandato, considerando um absurdo criticar a atual administração por um problema que se arrasta há tempos, pois está se passando de oito anos sem a concessão de um aumento real para os servidores municipais. Finalizou destacando a dificuldade financeira por que passa os cofres públicos, o que não permite ainda a concessão de um aumento maior. LAERTE RODELA: considerou como insuportável votar outra vez a concessão de abono. Opinou que a atual administração já deveria ter incorporado uma parte desse abono e solicitar a inclusão do restante agora no começo desse ano. Destacou a dificuldade para definir o voto, pois votando contra o projeto poderia estar prejudicando um grande parte dos servidores e votando favoravelmente estaria fazendo o jogo do Sr. Prefeito. Destacou em quarenta dias realmente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não havia feito muito coisa, "mas a única pessoa que em quarenta dias de administração fez algo foi o companheiro José Maria Piola, que cancelou o aumento dos funcionários". JACOB DA SILVA: destacando a dificuldade para definição de seu voto, lembrou que foi prometido pelo Sr. Prefeito, em acordo com Promotor local, quando da retirada do aumento de 40% concedido pela administração anterior, que um aumento real seria concedido, o que não se vê na prática, passados mais de um ano daquele acordo. Destacou que a administração atual difere da anterior quanto ao pagamento de gratificações aos servidores, especialmente horas extras e insalubridade, que não vem sendo pagas pela atual administração. Manifestou-se a favor do projeto, mas com ressalvas, considerando o aumento do abono como uma "esmola" para o servidor, dizendo que o mesmo não precisa de esmola, mas sim de um justo e merecido aumento. MAURÍCIO MASSAO OGAWA: disse que sua ótica sobre o assunto o faz favorável ao projeto, dizendo se tratar de um decisão de um administrador coerente, responsável, que tem mostrado reconhecer o trabalho dos servidores municipais, sem esquecer do restante da população, que clama por serviços em todos os setores da cidade, sem fazer dívidas e gastar mais do que recebe. Afirmou que um aumento real há de vir, lembrando que o Chefe do Executivo, e também os vereadores, são os mais interessados em conceder um aumento digno e legal para os servidores municipais. Disse admirar a atual administração, que com pouco dinheiro, pagando dívidas que não são suas e atravessando uma crise econômica que assola todo o país, consegue atender e reconhecer o trabalho do funcionalismo municipal com a concessão de um aumento como este que está sendo proposto. ANDRÉ LUIS GAVIOLI RODRIGUES: disse que sempre foi coerente com a questão da política salarial dos servidores municipais, quando vereador; disse ter sido contrário a retirada do aumento de 40% concedido pela administração anterior, por considerar um prejuízo para o funcionalismo municipal, e continuará nessa linha de raciocínio, votando a favor do abono proposto, pois não há a possibilidade imediata de se oferecer um aumento real e todos os servidores com quem conversou, manifestaram-se a favor do abono, não vendo motivos para votar contra. WASHINGTON PEREIRA DE ARAÚJO, assumindo a Presidência o Vereador Fred Siman, e a 1ª Secretaria o Vereador José Maria Piola: explicou que, quando disseram que na outra legislatura houve uma emenda de sua autoria a um projeto concedendo abono especial e reajuste salarial aos servidores municipais; lembrou que isso foi só possível por que o projeto dizia que seria concedido um abono no valor de até R$ 100,00, no meses de agosto a dezembro, e ele apresentou uma emenda estipulando o abono em R$ 50,00 para aqueles meses, emenda esta que para não ser aprovada, por ser de

sua autoria, foi substituída por outra apresentada pelo vereador Luiz Kunita, então vereador da bancada situacionista, concedendo um abono de R$ 20,00 no mês de agosto e de R$ 50,00 para os meses de setembro a dezembro; enfatizou que as emendas foram válidas por não criarem nenhum tipo de despesa. Afirmou que a administração anterior não concedeu aumento aos servidores municipais durante seu mandato e também não pagou a contribuição devida ao IAPEN, além de conceder um aumento para ser pago pela administração que a sucedeu. Destacou que a atual administração vem cumprindo em dia com o pagamento das contribuições devidas ao IAPEN e pagando também, parceladamente, o débito deixado pela administração anterior, e há dois anos vem conseguindo dar algo, em questão salarial, para os servidores municipais. Em aparte concedido, o Vereador José Maria Piola solicitou a informação de quanto era o piso do funcionalismo municipal no final do primeiro mandato do atual prefeito. O vereador à tribuna informou que era, na época, equivalente a dois salários mínimos. Enfatizou que não é somente o atual Prefeito nem os vereadores que lhe dão sustentação que estão prejudicando os servidores: é uma situação que se arrasta há tempos. Disse que "seria fácil chegar agora, como presidente da Casa, e falar aos Srs. Vereadores para votar contra". Disse que "jamais pediria isso, covardemente", aos seus companheiros, e que não deixará um servidor que ganha R$ 238,00 sem R$ 120,00 e nem pedirá para ninguém votar contra como forma de protesto. Em aparte concedido, o vereador Afrânio Carlos Napolitano disse que o vereador à tribuna, quando se inflama, fala besteira, sendo melhor aquele vereador pensar antes de falar, para não ofender as pessoas. O vereador a tribuna disse que seria ele próprio covarde se pedisse para seus companheiros de bancada votar conta o projeto, não se referindo ao vereador apartiante. Finalizou opinando que o atual Prefeito, em dois anos de mandato, não deixou tanto assim a desejar quanto a política salarial dos servidores municipais. Após fazer uso da palavra, o vereador Washington Pereira de Araújo reassumiu a presidência da Mesa Diretora, e o vereador Fred Jorge Siman a 1ª Secretaria. FRED JORGE SIMAN: disse não entender como um projeto de natureza tão simples, podia gerar tanto tumulto. Opinou que não está em jogo a atual administração ou a anterior, mas sim a dependências dos servidores municipais. Disse ver como uma situação lastimosa e vergonhosa a ofensa entre os vereadores e a administração. Exigiu respeito aos servidores municipais e aos vereadores, defendendo manifestações de caráter democrático. Opinou que se toda função acerca de concessão de abono a servidores municipais for igual a esta, era melhor nem participar. Manifestou-se favorável ao projeto, dizendo que este benefício será de muito valia para os servidores municipais, e que a "situação já é difícil com o abono, imagine sem ele". Pela Ordem, o vereador CORNÉLIO CÉZAR KEMP MARCONDES solicitou cinco minutos para encaminhamento de votação, pela bancada do PFL, o que lhe foi concedido pelo Sr. Presidente: o vereador usou a tribuna para corrigir algumas coisas ditas por vereadores que o antecedeu. Quanto a questão do não recolhimento da contribuição devida ao IAPEN na administração anterior, lembrou que esta pagou ao mesmo Instituto, quase R$ 300 mil de dívidas deixadas pela administração que a antecedeu, comandada pelo atual Prefeito, que também deixou a folha de pagamento de dezembro/96 para ser paga pela administração seguinte. Opinou que a administração atual é perseguidora, e não aberta a negociações, especialmente com o Sindicato dos Servidores Municipais, ao contrário da administração anterior. Afirmou que a administração anterior foi prejudicada pela campanha do atual prefeito, de incitar a população a não pagar impostos, o que impossibilitou a adoção de uma melhor política salarial dentro de seu mandato, e agora as mesmas pessoas que incitaram a população a não pagar impostos, estão executando judicialmente aqueles que estão com débitos junto a municipalidade. Finalizou concluindo que as falhas que foram cometidas pela administração anterior não devem servir de desculpa para o cumprimento de promessas feitas pela atual administração. Após fazer uso da palavra o Vereador Washington Pereira de Araújo reassumiu a presidência da Mesa e o vereador Fred Jorge Siman a 1ª Secretaria. A Mesa informou que o quorum exigido para aprovação desta matéria era o da maioria absoluta, e o sistema de votação o nominal, conforme dita o Regimento Interno da Casa. Colocado em votação, artigo por artigo, o projeto foi aprovado por maioria de votos (treze votos favoráveis e dois contrários, para todos os artigos). **ITEM II** - Projeto de Lei nº 09/2003, de autoria do Prefeito Municipal, que concede abono especial de R$ 120,00, no mês de fevereiro de 2003, aos membros do Conselho Tutelar de Garça. *1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.* Colocado em discussão, não houve solicitação de palavra. A Mesa informou que o quorum exigido para aprovação desta matéria era o da maioria absoluta, e o sistema de votação o nominal, conforme dita o Regimento Interno da Casa. Colocado em votação, artigo por artigo, o projeto foi aprovado por maioria de votos (treze votos favoráveis e dois contrários para todos os artigos). **ITEM III** - Projeto de Lei nº 10/2003, de autoria da Mesa da Câmara Municipal de Garça, que concede abono especial de R$ 120,00, no mês de fevereiro de 2003, aos servidores da Secretaria da Câmara Municipal de Garça. *1ª DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.* Colocado em discussão, fizeram uso da palavra os vereadores: AFRÂNIO CARLOS NAPOLITANO: dirigindo-se ao Presidente da Mesa, indagou por que os aumentos e abonos concedidos aos servidores do Legislativo são sempre iguais aos concedidos aos servidores do Executivo. Quanto ao princípio constitucional da isonomia, disse que deveria haver na Casa uma assessoria jurídica para promover uma restruturação administrativa, para não depender de interferência do Executivo

Câmara Municipal de Garça

Estado de São Paulo

dentro do Legislativo. Disse que se o Presidente se considera um defensor do funcionalismo público, que no próximo mês conceda um abono maior aos servidores da Secretaria da Câmara Municipal, visto que possui amplos poderes para isso. Opinou que deve haver uma valorização dos profissionais do Poder Legislativo, já que não há essa valorização junto ao Poder Executivo. WASHINGTON PEREIRA DE ARAÚJO, assumindo a Presidência o Vereador Fred Siman, e a 1ª Secretaria o Vereador José Maria Piola: disse que da mesma forma que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem quarenta dias a frente do Governo Federal, ele também está há somente quarenta dias à frente da Câmara Municipal de Garça, está começando e ainda vai ver o que se pode fazer por ela, afirmando que procurará fazer o melhor possível para os servidores do Poder Legislativo. Após fazer uso da palavra, o vereador Washington Pereira de Araújo reassumiu a presidência da Mesa Diretora, e o vereador Fred Jorge Siman a 1ª Secretaria. CORNÉLIO CÉZAR KEMP MARCONDES: sugeriu que no próximo mês, caso seja apresentado novo projeto de abono aos servidores municipais, que a Mesa da Câmara apresente um projeto com abono maior para os servidores do Poder Legislativo, opinando que esta pode ser uma saída para a administração proceder uma melhoria também para o abono dos demais servidores municipais. Defendeu a valorização dos servidores do Poder Legislativo, defendendo também a oferta de melhores condições de trabalho a estes, informando que a Câmara Municipal de Garça é, com certeza, uma das câmaras com menos gastos com servidores no Brasil. A Mesa informou que o quorum exigido para aprovação desta matéria era o da maioria absoluta, e o sistema de votação o nominal, conforme dita o Regimento Interno da Casa. Colocado em votação, artigo por artigo, o projeto foi aprovado por maioria de votos (treze votos favoráveis e dois contrários para todos os artigos). Não havendo mais matéria na Ordem do Dia, o senhor Presidente, em nome de Deus, declarou encerrada a Sessão, da qual foi lavrada esta Ata. Garça, vinte de fevereiro de dois mil e três.----------

WASHINGTON PEREIRA DE ARAÚJO
Presidente

FRED JORGE SIMAN
1º Secretário e Presidente "ad hoc"

JOSÉ MARIA PIOLA
1º Secretário "ad hoc"